

CONTAS PÚBLICAS

Corte de benefícios sai esta semana

O projeto prevê um ajuste linear de 10% nas concessões fiscais a empresas, o que deve gerar uma arrecadação de R\$ 20 bi

» RAFAELA GONÇALVES

A equipe econômica deve apresentar, nesta semana, ao Congresso Nacional uma nova proposta para rever os benefícios fiscais. O projeto prevê um corte linear de 10% em renúncias, o que deve gerar uma arrecadação de R\$ 20 bilhões, de acordo com as projeções do Ministério da Fazenda.

A ideia é diminuir os valores que alguns setores ganham com isenção ou redução na carga tributária. Caso as renúncias se mantenham como estão, segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, o buraco no caixa do governo ficará cada vez maior. O tamanho do benefício fiscal no Brasil está saindo da ordem de R\$ 550 bilhões ao ano para R\$ 750 bilhões, podendo chegar à cifra de R\$ 800 bilhões, nos cálculos da Fazenda.

“É preciso rever o benefício fiscal”, enfatizou Durigan, que afirmou que, quanto mais setores forem alcançados no corte linear, mais eficiente será a revisão de gasto tributário. “Do nosso ponto de vista, é melhor, porque não há perda relativa. Todo mundo vai manter 90% do benefício que hoje tem, abrindo mão de 10%. Mas o benefício segue alto”, disse, ontem, em entrevista à rádio CBN.

O regime tributário Simples Nacional, aplicado às micro e pequenas empresas, e a Zona Franca de Manaus, que tiveram benefícios garantidos na reforma tributária, devem ficar de fora dos cortes. O secretário reconheceu que, ao tratar dessa proposta via projeto de lei complementar, e não via proposta de emenda à constituição (PEC), alguns benefícios serão excluídos das mudanças. “É mais importante ter condição política de aprovar”, ressaltou.

A revisão dos gastos tributários se dá em meio aos esforços do governo para aumentar a arrecadação e conter parte das perdas com o recuo do decreto que aumentou o Imposto sobre Operações

Washington Costa/MF



Dario Durigan explicou que o corte nos benefícios fiscais será linear, o que não favorece nem prejudica nenhum setor, já que será de 10%

Financeiras (IOF). A equipe econômica flexibilizou a medida após enfrentar pressões políticas e de setores econômicos. A expectativa com o aumento do tributo era de arrecadar R\$ 18,5 bilhões ainda neste ano e R\$ 38 bilhões, em 2026.

Segundo o economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados, do ponto de vista de um ajuste das contas públicas, o ideal seria que o governo realizasse um ajuste pelo lado das despesas, combinado com a revisão de renúncias fiscais. “Uma questão inicial é justamente a questão da compensação do IOF, que o governo obviamente tem tido dificuldade de levar essa agenda no Congresso”, destacou.

O maior desafio, de acordo com Viana, é obter o apoio do Legislativo, dado o cenário político e a presença de lobbies. “Quanto mais próximo do período eleitoral, maior o desafio para o governo convencer o Congresso a adotar medidas que podem ali ter custos políticos relevantes. Então não estamos discutindo uma reforma estrutural das contas públicas, que tanto o governo quanto o Congresso claramente querem empurrar para depois do período eleitoral”.

Na avaliação do economista, o corte dos benefícios fiscais pode ter algum ganho positivo, mas não será suficiente para garantir que o governo alcance a meta de zerar

o déficit fiscal em 2025. “A questão dos benefícios tributários pode contribuir com certeza, ainda que outras medidas possam surgir para fechar essa conta a curto prazo. Como, por exemplo, receitas extraordinárias de leilão de petróleo, distribuição extraordinária de dividendos estatais, entre outros, que podem contribuir para esse ajuste conjuntural até 2026 e que não estão descartados”, apontou.

Medidas estruturais

Em nota técnica, o Centro de Liderança Pública (CLP) avaliou que o novo pacote fiscal do governo precisa incluir medidas estruturais

de corte de gastos. “Embora o pacote eleve a arrecadação no curto prazo e mantenha a despesa primária dentro do novo arcabouço, depender exclusivamente da receita é insustentável, já que as despesas obrigatórias, como Benefício de Prestação Continuada (BPC), previdenciárias e folha salarial crescem estruturalmente acima do PIB”, afirmou.

A organização frisou que revisar gastos tributários é imprescindível. “Entretanto, o corte anunciado pela Fazenda alcança apenas cerca de 30% do total de renúncias por que ignora o impacto econômico de dois programas estratégicos: a Zona Franca de Manaus, que combina

» Planos de saúde vão aumentar 6,06%

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) limitou a 6,06% o reajuste anual que deve ser aplicado em planos de saúde individual e familiar regulamentado, podendo impactar até 16,4% dos 52 milhões de consumidores de planos de assistência médica no Brasil.

Segundo a diretora-presidente interina Carla Soares, o reajuste definido pela ANS levou em conta o aumento das despesas assistenciais das operadoras em relação aos atendimentos realizados em 2024, o que inclui tanto o custo dos procedimentos quanto a frequência com que os beneficiários utilizaram os serviços.

O reajuste poderá ser aplicado no mês de aniversário do contrato, para os contratos que fazem aniversário em maio e junho, a cobrança poderá ser iniciada em julho ou, no máximo, em agosto, retroagindo até o mês de aniversário do contrato.

renúncia elevada a baixos encadeamentos produtivos, e o Simples Nacional, que desincentiva contratações formais.”

De acordo com o CLP, o caminho durável exige unir em uma única proposta o corte de gastos, revisão transparente e abrangente de benefícios — incluindo Zona Franca de Manaus e Simples — e manutenção de estímulos à formação de capital de longo prazo. “Só a convergência dessas duas agendas permitirá estabilizar as contas públicas sem minar investimentos, garantindo que a consolidação fiscal de hoje não seja o gatilho para o próximo desequilíbrio”, defendeu a entidade.

Lira apresenta parecer favorável à correção do IR

» ISRAEL MEDEIROS

O deputado Arthur Lira (PP-AL) apresentou ontem seu parecer favorável à aprovação do projeto de lei que atualiza a tabela do Imposto de Renda de R\$ 2.259 para R\$ 2.428. O texto está na pauta do plenário da Câmara e deve ser apreciado amanhã.

A renúncia fiscal estimada com a mudança na tabela é de R\$ 3,29 bilhões em 2025. O plano do governo é compensar esse montante

com o projeto de isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, que, por significar uma renúncia ainda maior (de mais de R\$ 25 bilhões já em 2026), institui também a taxa de altas rendas.

O projeto também é relatado pelo deputado Arthur Lira. O problema é que a tendência da renúncia fiscal é aumentar ao longo dos anos seguintes, subindo para R\$ 27,7 bilhões, em 2027, e para R\$ 29,68 bilhões, em 2028.

Segundo os cálculos da Receita Federal, a alíquota de 10% para quem ganha a partir de R\$ 50.000 por mês pode render aos cofres públicos R\$ 25,22 bilhões já em 2026. Há, ainda, a previsão de que a União arrecade R\$ 8,9 bilhões, em 2026, com a taxa de 10% de dividendos enviados para o exterior, o que ajudaria a fechar a conta. “A renúncia de receita não demandará medidas de compensação adicionais, pois os

impactos previstos para 2026 e 2027 já estão considerados na estimativa que acompanha o projeto de lei 1087, de 2025”, escreveu Lira, em seu parecer.

“Embora o reajuste da tabela do IRPF proposto neste PL gere uma renúncia fiscal em 2025, as medidas compensatórias previstas no PL 1.087, de 2025, cujo desenho final será decidido por este Congresso, neutralizam as perdas nos anos subsequentes”, completou Lira.

Bruno Spada/Câmara



Arthur Lira (PP-AL) é relator dos dois projetos que tratam do IR



RAUL VELLOSO

POR TRÁS DESSE PROCESSO SE SITUA O GIGANTESCO, CRESCENTE E DIFÍCIL DE RESOLVER DESEQUILÍBRIO PREVIDENCIÁRIO ANUAL, QUE TEM CARACTERIZADO A EVOLUÇÃO DA NOSSA ECONOMIA DE UNS TEMPOS PARA CÁ, E EM TODAS AS ESFERAS DE GOVERNO

Hora e vez do equacionamento previdenciário

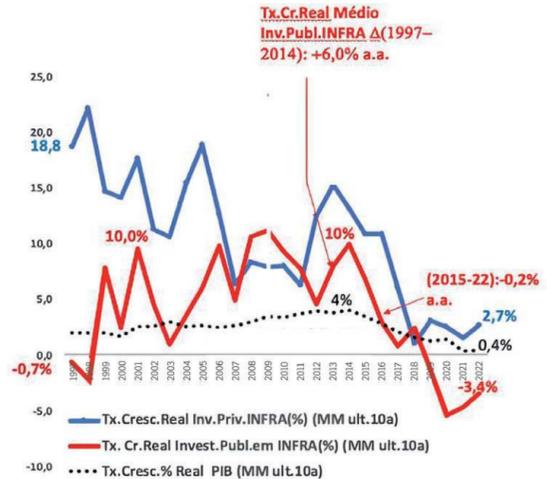
Poucos se deram conta de que a evolução de certas variáveis do nosso plantel macroeconômico está refletindo um estrago acima do normal que passou a ocorrer no desempenho econômico mais agregado do país, a partir de um certo momento recente. Refiro-me à constatação de que as taxas de crescimento real do PIB, que há algum tempo vinham se mantendo em um ritmo apenas razoável, a partir de um certo ponto, vêm se colocando sobre o que parece ser o início de uma trajetória de queda cada vez mais acentuada, e, na falta de uma solução realmente eficaz, um desempenho cada vez menos favorável da economia como um todo, inclusive em relação à geração de empregos, o que, efetivamente, nos coloca em uma situação bastante delicada.

Mais precisamente, refiro-me à queda das taxas médias de crescimento real do PIB de 2,6% a.a. em 1997-2009 para 2,2% a.a. em

2010-2023, tendo por trás um período de leve subida anual entre 1997 e 2014, e culminando com a queda para 0,4% a.a. em 2022.

O segundo ponto a enfatizar é que por trás desse processo se situa o gigantesco, crescente e difícil de resolver desequilíbrio previdenciário anual, que tem caracterizado a evolução da nossa economia de uns tempos para cá, e em todas as esferas de governo, embora seja algo que não deu para mostrar no mesmo gráfico que acompanha este texto, e ainda que seja esse, sim, o “x” da questão, algo também pouco percebido pela maioria dos observadores da área. O pior é que foi isso que acabou levando à desabada dos investimentos públicos em infraestrutura a partir de 2010, após vários anos de evolução favorável daqueles, já que, diante das limitações do lado das receitas, não dá para implementar tudo o que se possa desejar fazer simultaneamente.

Mas o pior de tudo foi também



constatar que a queda dos investimentos públicos tivesse passado pura e simplesmente a acompanhar a própria desabada, que há muito já

vinha ocorrendo com as inversões privadas nesse mesmo segmento (veja o mesmo gráfico). Ou seja, de repente, o processo de queda da

variável que precisaria subir simplesmente se estendeu para o outro segmento (confronte o gráfico). Assim, a menos de uma mudança expressiva no atual quadro de forte estreitamento da margem de recursos para investir em infraestrutura (ou seja, o que os especialistas na área costumam chamar de equacionamento previdenciário ou zeração dos passivos atuariais — leiam-se reformas e mais reformas, sem falar em capitalização de fundos previdenciários), estaremos batendo cabeças no esforço de retomada do crescimento do PIB.

Antes de concluir, cabe ressaltar que a explosão dos gastos previdenciários se deu, em boa medida, pelo alto crescimento da população idosa (ou com mais de 65 anos, isto é, os que se aposentam), relativamente à PIA, ou População em Idade Ativa (isto é, aquela entre 12 e 65 anos, ou seja, os que, basicamente, contribuem), que passou a ocorrer em nosso País.

Para completar o entendimento do estreitamento do espaço público para investir, ou a falta de equacionamento previdenciário, cabe agora incluir, na análise, dois outros itens da mesma família de gastos, igualmente de elevada rigidez, quais sejam, assistência social e fraudes. Se somarmos assistência aos gastos com Previdência, enquanto se apura melhor o montante real das fraudes, o peso conjunto de apenas esses dois itens da família de gastos públicos correntes, que são super-rígidos, no total dos gastos não financeiros, que se situa hoje em 52,6%, basicamente em Previdência e com o BPC — este último, que é talvez o mais importante programa da área assistencial no país —, a atual participação do renomado Benefício de Prestação Continuada aparece em forte contraste com o peso de 22,3% que a soma de ambos havia registrado em 1987, um ano antes da edição da atual Constituição.